

Torna obrigatória a reserva de no mínimo 10% (dez por cento) das vagas de empregos na área da construção civil de obras públicas para pessoas do sexo feminino. Foi relator o Deputado Daniel Soares com voto favorável. Concedida vista conjunta ao Deputado Carlos Cezar e a Deputada Janaina Paschoal. Item 42 - Projeto de lei nº 796/2019, de autoria do Deputado Frederico d'Ávila, que Autoriza o manejo e controle da espécie exótica invasora javali e seus híbridos no Estado. Aprovado a Cota propo- nida a juntada do PL 796/2019 ao PL 558/2018. Para a delibe- ração do item seguinte, o Deputado Mauro Bragato passou a presidência à Deputada Marina Helou. Item 43 - Projeto de lei nº 1047/2019, de autoria do Deputado Mauro Bragato, que Denomina “Denilson Vander da Silva” o dispositivo em desnível localizado no km 481 da Rodovia Assis Chateaubriand - SP 425, acesso à cidade de Tarabai. Foi relator o Deputado Tenente Nas- cimento com voto favorável ao projeto com emenda. Aprovado como parecer o voto do relator. Devolvida a presidência. Item 44 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 376/2019, de autoria do Deputado Reinaldo Alguz, que Declara de utilidade pública a Casa de Recuperação de Vidas Refúgio Cristão, com sede em Araçatuba. Foi relator o Deputado Roque Barbieri com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comis- são de Constituição, Justiça e Redação, conforme voto favorável do relator. Item 45 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 884/2019, de autoria do Deputado Sebastião Santos, que Declara de utili- dade pública a Associação Cultural de Desenvolvimento Social e Ação Educativa Rosentino Bispo, com sede em Barretos. Foi relator o Deputado Thiago Auricchio com voto favorável. Apro- vada conclusivamente a propositura, na Comissão de Constitui- ção, Justiça e Redação, conforme voto favorável do relator. Item 46 (CONCLUSIVA) - Projeto de lei nº 1020/2019, de autoria do Deputado Sebastião Santos, que Declara de utilidade pública o Instituto Esperança e Vida, com sede em Barretos. Foi relator o Deputado Tenente Nascimento com voto favorável. Aprovada conclusivamente a propositura, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, conforme voto favorável do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Pre- sidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Servi- ço de Audiofonia e cuja ata eu, João Victor Barison de Oliveira, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Apro- vada em reunião de 13/11/2019.

Deputado Mauro Bragato
Presidente
João Victor Barison de Oliveira
Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ATA DA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMIS- SÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA PRIMEI- RA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e deze- nove, às dezoito horas e dezesseis minutos, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Nona Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, da Primeira Sessão Legislativa da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos da alínea “ d”, do item III do artigo 18 do Regimento Interno Consolidado, presidida pelo Deputado Mauro Bragato. Presentes a Senhora Deputada Janaina Paschoal e os Senhores Deputados Tenente Nascimento, Carlos Cezar, Mauro Bragato, Daniel Soares, Thiago Auricchio, Gilmaci Santos, Heni Ozi Cukier, Roque Barbieri (membros efetivos), o Senhor Deputado Alex de Madureira (membro sub- tituto). Ausentes as Senhoras Deputadas Marta Costa, Marina Helou e o Senhor Deputado Emidio de Souza. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Dis- pensada da leitura, a ata da reunião anterior foi aprovada. Item 1 - Projeto de lei Complementar nº 77/2019, de autoria do Sr. Governador, que Altera dispositivos da Lei nº 452, de 2 de outu- bro de 1974, que institui a Caixa Beneficente da Polícia Militar, estabelece os regimes de pensão e de assistência médico- hospitalar e odontológico, e dá outras providências. Foi relator o Deputado Carlos Cezar com voto propondo redação final. Aprovado como parecer o voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, que foi gravada pelo Serviço de Audiofonia e cuja ata eu, João Victor Barison de Oliveira, Analista Legislativo, lavrei e assino após sua Excelência. Aprovada em reunião de 03/12/2019.

Deputado Mauro Bragato
Presidente
João Victor Barison de Oliveira
Secretário

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, E DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATA DA REUNIÃO JUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, E DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas e trinta e quatro minutos, no Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, e de Educação e Cultura, da Primeira Sessão Legislativa, da Décima Nona Legislatura, convocada nos termos do artigo 18, inciso III, alínea “ d” do Regimento Interno Consolidado, combinado com o caput do artigo 68 do mesmo diploma legal, e presidida pelo Deputado Mauro Bragato, com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 976, de 2019. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação estiveram presentes as Deputadas Janaina Paschoal, Marina Helou e Marta Costa e os Deputados Tenente Nascimento, Emi- dio de Souza, Carlos Cezar, Mauro Bragato, Daniel Soares, Thia- go Auricchio, Gilmaci Santos, Roque Barbieri e Heni Ozi Cukier (membros efetivos). Pela Comissão de Educação e Cultura esti- veram presentes a Deputada Valéria Bolsonaro e os Deputados Mauro Bragato, Gilmaci Santos, Daniel José e Carlos Giannazi (membros efetivos), a Deputada Márcia Lia e o Deputado Carlos Cezar (substitutos eventuais). Ausentes as Deputadas Professo- ra Bebel e Leci Brandão, e os Deputados Roberto Engler, Dirceu Dalben, Bruno Ganem e Professor Kenny. Havendo número regimental o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. Em seguida, passou-se à apreciação do item único da pauta: Proje- to de Lei nº 976, de 2019, de autoria do Deputado Gil Diniz, que declara José de Anchietta “Patrono da Educação” do Estado. Foi designado relator o Deputado Tenente Nascimento. Após a leitura das conclusões, colocado em discussão e votação, foi aprovado o voto do relator, favorável ao Projeto. A deputada Márcia Lia e os deputados Emidio de Souza e Carlos Giannazi registraram seus votos contrários ao voto do relator. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reu- nião, que eu, Alessandra Verrone Chimelli, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavrei a presente ata que, considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pelo Senhor Presidente e por mim, encerrando-se os trabalhos, que foram gravados pelo Serviço de Audiofonia. Salão Nobre da Presidên- cia, em 19/11/2019.

Deputado Mauro Bragato
Presidente
Alessandra Verrone Chimelli
Secretária

Debates

26 DE NOVEMBRO DE 2019 152ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS e CAUÊ MACRIS
Secretaria: CORONEL TELHADA, HENI OZI CUKIER e DOUGLAS GARCIA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - PAULO LULA FIORILO
Disserta acerca do direito de manifestação, pela população. Repudia discursos de membros da família Bolsonaro. Critica pronunciamento do ministro da economia, Paulo Guedes, acerca do AI-5, por exemplo. Afirma que manifestações de servidores públicos, ocorridas hoje, foram legítimas e democráticas. Acrescenta que governos de direita não admitem manifestações populares.
3 - CASTELLO BRANCO
Declara apoio aos servidores contrários à reforma da Previdência estadual, presentes neste plenário. Exibe slides acerca da redução de impostos na área de aviação. Afirma que o estado de São Paulo tem perdido competitividade no setor. Acrescenta que outros estados têm oferecido condições melhores para receber investimentos na área.
4 - CORONEL TELHADA
Opõe-se à reforma da Previdência estadual. Saúda o município de Tremembé pela data comemorativa de seu aniversário. Comenta que hoje comemora-se o Dia do Corpo Auxiliar da Marinha. Exibe vídeo de participação de policiais militares em festa para crianças, organizada pela Associação de Voluntários do Hospital Darcy Vargas, de criminalidade urbana, e de jovem vitimada em assalto.
5 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Anuncia visita de alunos do curso de direito da Faculdade Zumbi dos Palmares, acompanhados por Adriana Ganda de Oliveira Souza.
6 - MAJOR MECCA
Comunica que estivera em comemoração ao 11º aniversário do 48º Batalhão de Polícia Militar, na Zona Leste. Critica o projeto de Orçamento encaminhado pelo Governo do Estado a esta Casa. Repudia a reforma previdenciária apresentada pelo Poder Executivo. Afirma ser a matéria uma afronta constitucional.
7 - CONTE LOPES
Declara-se contrário à reforma da Previdência estadual, em trâmite nesta Casa. Afirma que a mídia alimenta a desvalorização do funcionalismo público.
8 - ISA PENNA
Afirma que a sociedade brasileira vivencia um momento conturbado no cenário político. Repudia discurso de Paulo Guedes acerca do AI-5. Argumenta ser o presidente da República, Jair Bolsonaro, desfavorável à democratização social. Critica a reforma da Previdência estadual, pleiteada pelo governo Doria. Assevera o direito de manifestação popular. Declara ser o PSOL defensor dos servidores da Segurança Pública.
9 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Declara-se contrário à reforma da Previdência estadual. Comenta que ontem fora comemorado o "Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres". Disserta acerca de índices de casos de feminicídio no estado. Defende políticas públicas em combate à criminalidade e violência pública.
10 - SARGENTO NERI
Declara-se contrário ao projeto de reforma da Previdência estadual. Frisa a importância do funcionalismo público.
11 - LETICIA AGUIAR
Defende necessidade de reforma da Previdência, no estado. Afirma que a expectativa de vida da população tem aumentado. Tece considerações acerca do PLC 52/19. Defende projetos educacionais destinados a jovens e a crianças. Frisa a importância da carteira infantil digital gratuita.
12 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Solicita à plateia comportamento regimental.
13 - ADRIANA BORGÓ
Repudia reajuste salarial de apenas 5% para a Polícia Militar. Lembra promessa do governador João Doria quanto a bônus para a categoria. Critica o projeto de reforma da Previdência estadual. Comenta manifestação de policiais militares em Santos.
GRANDE EXPEDIENTE
14 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Pelo art. 82, exibe vídeo de promessa do governador João Doria quanto à valorização do servidor público. Afirma que a autoridade não tem apreço pela cidade categoria. Informa que 80% dos servidores públicos são professores e policiais militares. Critica o projeto da reforma da Previdência de autoria do Poder Executivo. Lamenta política de estado mínimo. Destaca a relevância do funcionalismo público para o estado.
15 - CORONEL TELHADA
Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
16 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido e suspende a sessão às 15h38min.
ORDEM DO DIA
17 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h41min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os requerimentos de urgência aos PLs 1330/15; 721/19; e 961/19. Coloca em votação o PLC 4/19, salvo emendas.
18 - TEONILIO BARBA LULA
Encaminha a votação do PLC 4/19, em nome do PT.
19 - TEONILIO BARBA LULA
Solicita uma verificação de presença.
20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
21 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA
Encaminha a votação do PLC 4/19, em nome do PSOL.
22 - MÁRCIA LULA LIA
Encaminha a votação do PLC 4/19, em nome da Minoria.
23 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.
24 - CAMPOS MACHADO
Encaminha a votação do PLC 4/19, em nome do PTB.
25 - BARROS MUNHOZ
Encaminha a votação do PLC 4/19, em nome do PSB.
26 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Solicita comportamento regimental aos presentes nas galerias nesta Casa.
27 - JANAINA PASCHOAL
Encaminha a votação do PLC 4/19, em nome do PSL.
28 - DANIEL JOSÉ
Encaminha a votação do PLC 4/19, em nome do NOVO.

29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Suspende a sessão por conveniência da ordem às 18h03min; reabrindo-a às 18h59min.
30 - TEONILIO BARBA LULA
Solicita a prorrogação da sessão por 2 horas e 30 minutos.
31 - CAUÊ MACRIS
Coloca em votação e declara rejeitado o pedido de prorrogação da sessão. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental com Ordem do Dia. Lembra a realização da sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas e 10 minutos. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS
- Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Depu- tados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e convida o nobre deputado Coronel Telhada para ler a resenha do expediente.
O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, nós temos aqui duas indicações: a primeira indicação é do prezado depu- tado Jorge Caruso, indicando ao Sr. Governador a liberação de recursos para custeio do lar espirita Mensageiros da Luz, no município de Santos.
A segunda indicação, Sr. Presidente, é do prezado depu- tado Douglas Garcia, indicando, nos termos regimentais, ao Sr. Governador do estado para que determine aos órgãos e secretarias competentes a realização de estudos e adoção das providências necessárias para abertura de Instituto Médico Legal para perícia forense no município de Guarulhos, em São Paulo. Somente isso, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS
- Muito obrigado, nobre deputado Coronel Telhada. Passamos então, agora, ao nosso Pequeno Expediente, convidando, para fazer uso da palavra, o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Deputado Paulo Lula Fiorilo.
O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORA- DOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Aleesp, assessoria das bancadas, leitores do Diário Oficial.
Aproveitar o Pequeno Expediente para trazer aqui um debate importante, principalmente àqueles que podem ser atingidos pela reforma da Previdência. E que hoje, a partir das 15 horas, farão uma manifestação em frente à Assembleia Legisla- tiva, o que eu acho legítimo, necessário, democrático.
Porque a manifestação, quando feita de forma ordeira, quando tem um objetivo claro, quando reúne pessoas para dizer “não” à retirada de direitos, ela tem a sua legitimidade.
Portanto, me parece que essa manifestação não se enqua- dra na declaração dada nos Estados Unidos pelo ministro da Economia Paulo Guedes, que diz: “chamar povo para rua é de uma irresponsabilidade... Chamar o povo para a rua pra dizer que tem o poder, para tomar. Tomar como? Aí o filho do presi- dente fala em AI-5, aí todo mundo se assusta, fala ‘o que que é?’. Aí bate mais no outro. É isso o jogo? É isso o que a gente quer? Eu acho uma insanidade chamar o povo pra rua pra fazer bagunça. Acho uma insanidade”.
No mês passado, Eduardo, filho do presidente, afirmou que, se a esquerda radicalizasse no Brasil, como ocorria nos protes- tos no Chile naquele momento, era preciso “ter uma resposta que pode ser via um novo AI-5.” “Assim que Lula chamou para a confusão, veio logo o outro lado e disse: ‘é, saia para a rua, vamos botar um excludente de ilicitude, vamos botar o AI-5, vamos fazer isso, vamos fazer aquilo’. Que coisa boa, né? Que clima bom”.
O ministro da Economia - que, aliás, devia se preocupar com a geração de empregos, com a melhoria dos indicadores econômicos - dá uma declaração nos Estados Unidos para dizer que é possível que se instale um AI-5. Nós estamos regredindo e não avançando.
Aliás, o ministro, que tem a responsabilidade de estado, declarar que é preciso ter pulso firme contra manifestações. Queria dizer que uma manifestação como essa que vai ocorrer hoje é legítima, é democrática. Aliás, como todas as outras que vão ocorrer contra a retirada de direitos.
O ministro, que disse: “o governo só tem 10 meses, quase 11”... Acha que pode tirar direito dos trabalhadores, que pode tirar direito dos aposentados, que pode tirar direito de qualquer um, sem que as pessoas reclamem, sem que as pessoas digam: “não, você não pode tirar os nossos direitos; esse governo não pode tirar os nossos direitos”. O governador Doria, agora, quer tirar o direito dos trabalhadores do estado, dos policiais, dos servidores da Saúde, da Educação.
Isso pode? Sem que haja nenhuma manifestação democrá- tica contra uma decisão arbitrária do governo que - eu queria dizer aqui -, segundo o próprio presidente da SPPre, vai repre- sentar apenas 8,5% daquilo que eles gastam? Quer dizer que tirar dos trabalhadores pode, para não resolver um problema que eles não resolveram ao longo desses 24 anos?
Quer dizer que os trabalhadores vão pagar mais uma vez o pato por uma incompetência dos governos do PSDB, é isso? E não podem se manifestar? Óbvio que devem e que podem se manifestar. Aliás, é direito garantido, constitucional, a manis- tação pública e democrática.
O que nós estamos vivendo na América Latina, hoje, é uma resposta à retirada de direitos que ocorreu no Chile, quando mexeram na saúde e na educação, mesmo na previdência. Agora na Bolívia. Onde mais nós vamos ter que assistir à reti- rada de direitos de forma calada, subversivete? Não, não, não.
A manifestação democrática é sempre legítima, principal- mente quando um governo de plantão pretende tirar os seus direitos. Aliás, manifestações ocorreram em vários governos: governos de esquerda, de centro, de direita. Agora, o governo de direita não permite manifestação. Isso é inadmissível num país democrático.
E nós precisamos dizer, aqui, “não” a qualquer tipo de manifestação favorável a AI-5, à ditadura. É inadmissível que as pessoas queiram voltar, queiram retroagir, queiram criar um estado de medo. Nós não podemos permitir isso. E estão certos todos aqueles que se manifestaram contra declarações como essa, do filho do Bolsonaro, do ministro e de qualquer outro que faça afirmações desse tipo.
Nós não podemos permitir que esse tipo de afirmação passe a ser corriqueira ou regular. Por isso, Sr. Presidente, deixo aqui o meu protesto a esse tipo de atitude do ministro Paulo Guedes. (Manifestação nas galerias.)
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS
- Obrigado, deputado. Convidamos, agora, para fazer uso da palavra, a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Deputada Carla Morando. (Pausa.) Deputado Caio França. (Pausa.) Depu- tado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Castello Branco. Tem V. Exa. o tempo regimental.
O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORA- DOR - Senhores parlamentares, nobre auditório que hoje nos contempla com a visita nas galerias, assessores, telespectadores da TV Aleesp. O tema que nos traz hoje é redução de impostos na área de aviação.
Mas vou abrir minha fala me solidarizando com a Polícia Civil, com os funcionários públicos, e dizendo que eu estou do lado de vocês e que estamos fazendo uma análise técnica e fazendo sugestões para que a aposentadoria seja justa. Esta- mos atentos e estamos realmente trabalhando com uma equipe técnica, propondo soluções.

Muito bem, para complementar o tema, que não seja votado esse ano. Temos que ganhar tempo. Temos que levar essa votação para o ano que vem para que a gente analise com calma, com consciência e sem atropelos. É um assunto muito sério que envolve a vida de milhares de pessoas.

Vamos falar agora de aviação e redução de impostos. A gente, no início do ano, fez um alerta, quando um projeto do governo solicitava redução da alíquota de imposto sobre o combustível de aviação. Os aviões a jato funcionam com um combustível chamado querosene de aviação. O imposto nor- malmente cobrado sobre esse era de 25 por cento. Ele sai da refinaria, o Estado coloca 25% de imposto e vende. Quem usa esse combustível?

Todas as aeronaves que têm motor a reação - turbina - principalmente as linhas aéreas: TAM, a Azul, a GOL, Passaredo, enfim, aviação comercial de grande porte. E o que aconteceu? O estado de São Paulo estava perdendo concorrência. Os aviões estavam tanqueando em outros estados. Os aviões estavam enchendo o seu tanque em outro lugar.

Entenda da seguinte forma: o senhor descobre que no bai- ro do lado ao seu tem um posto de gasolina que cobra metade do valor do combustível. O senhor vai abastecer aonde? No seu posto perto da sua casa ou vai andar mais alguns quarteirões e vai abastecer lá? Era o que estava acontecendo na aviação.

As aeronaves estavam tanqueando fora de São Paulo. Aí se baixou de 25% para 12, eu sustentei, fiz a defesa disso, por quê? Porque eu sabia que ia acontecer exatamente o que aconteceu, ou seja, todos os estados começaram a baixar suas alíquotas.

Então observe aqui: nós temos do Rio Grande do Sul ao Amazonas, todos começaram a abaixar suas alíquotas. Rio Grande do Norte zerou, não paga imposto nenhum. O Rio de Janeiro, essa semana, era 12 e baixou para sete.

Minas Gerais, era sete e baixou para três - não está aqui. Era 25 e baixou. Ou seja, é uma guerra fiscal; não se iludam. Os estados todos têm um déficit de orçamento, precisam gerar emprego, precisam gerar renda e precisam movimentar sua economia.

A aviação comercial representa 95% do consumo de com- bustível do País. É muito dinheiro de imposto. Você vai falar “então, houve perda, houve renúncia fiscal”. Não, porque você ganha de outra forma. Tem o stop over, você vende hos- pedagem, você vende alimentação, você vende taxas daquele aeroporto, aquela pessoa paga impostos naquele aeroporto de forma indireta, já fizeram um cálculo e o que se ganha é maior do que a renúncia fiscal.

Se isso não fosse verdade isso não estaria acontecendo, principalmente nos estados do nordeste que recebem os aviões vindos da Europa. Imaginem os senhores um avião vindo da França, atravessa o Atlântico, ele vai precisar abastecer no Brasil. Muito bem, ele pode escolher aonde ele pode abastecer: aonde ele paga mais, ou aonde ele paga menos? Assim é.

Está aqui o meu alerta. E a minha mensagem final é a seguinte: o estado de São Paulo, já há muitos anos, vem per- dendo competitividade, porque se acha o melhor estado da União e acha que os outros estados não são competentes. São sim. E estão oferecendo condições melhores do que nós para receber investimentos.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS
- Com a palavra a nobre deputada Bebel. (Palmas.) Deputado Frederico d'Ávila. (Palmas.) Deputado Gil Diniz. (Palmas.) Depu- tado Dr. Jorge Lula do Carmo. (Palmas.) Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Palmas.) Deputado Coronel Telhada. Tem V. Exa. o tempo regimental, nobre deputado.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, Sras. Depu- tadas e Srs. Deputados, todos os presentes sejam bem-vindos, funcionários e assessores desta Casa, quero saudar aqui a nossa assessoria militar na figura dos nossos dois policiais que estão presentes aqui, quero saudar a todos que nos assistem aqui pela TV Assembleia.

Quero iniciar o discurso aqui, Sr. Presidente, dizendo tam- bém que nós estaremos trabalhando no sentido de que essa PEC da Previdência, do jeito que está vindo, não tem condições de ser aprovada nesta Casa. Também entendo que nós devemos estudar muito mais essa PEC, não há necessidade de atropelo e nem de pressa para se aprovar isso.

Lá em Brasília estão há mais de ano estudando, e nós que- remos aprovar em duas semanas. O negócio é complicado. Não é assim que funciona. Então, os funcionários públicos, tenham certeza, que nós trabalharemos no sentido de mantermos a maioria dos valores, ou quase todas as garantias dos senhores e das senhoras.

Nós, da Polícia Militar, ficamos fora dessa situação, mas a Polícia Civil não, a Polícia Técnico-Científica, a Administração Penitenciária, enfim, a grande maioria dos homens e mulheres que trabalham na Segurança Pública também estão sendo pre- judicados. Então não dá para apoiar uma PEC que tira direito de trabalhadores.

Estamos trabalhando aqui no sentido de preservar todos esses direitos; tenham certeza disso.

Quero começar aqui, Sr. Presidente, saudando o município aniversariante na data de hoje, que é o município de Tremembé. Um abraço a todos os amigos e amigas da querida cidade de Tremembé, lá no Vale do Paraíba. Contem com o nosso trabalho aqui.

Hoje, dia 26 de novembro, também é o dia do Corpo Auxi- liar da Marinha. Logo nós estaremos comemorando o Dia do Marinheiro, no dia 13 de dezembro. E hoje, também, é como- rado o Dia do Corpo Auxiliar da Marinha.

O pessoal fala muito aqui da Polícia violenta, da Polícia fascista, que nós somos violentos. Gozado, não é? Morre um pai de família todo dia, e violenta é a Polícia, não é o crime? Quem é violento é o crime. A Polícia tenta debelar essa loucura social que nós temos implantada no nosso País.

Nesse final de semana as tropas do 4º Batalhão na Lapa, comandada pelo coronel Gonzales, nosso amigo, meu filho capitão Telhada, também estava nessa operação, participaram da festa para crianças com câncer do Hospital Darcy Vargas. Pode soltar o vídeo por favor.

* * *
- É exibido o vídeo.

* * *
Os policiais PMs da Alegria também estavam presentes. Enfim, foi uma festa que trouxe uma grande alegria para todas essas crianças que, infelizmente, sofrem problema de saúde gravíssimo e que, se Deus quiser, logo estarão bem.

Eu quero passar um vídeo aqui. É um vídeo que um certo indivíduo que esteve preso vários anos aí, aliás está condenado e, se Deus quiser, vai voltar para a cadeia. Ele disse que não podia ver jovem de 14 e 15 anos sendo assaltado e sendo violentado e assassinado pela Polícia, às vezes sendo inocente ou às vezes porque roubou um celular. Então, eu vou mostrar como é que se rouba um celular de uma mulher. Pode soltar, Machado.

* * *
- É exibido o vídeo.

* * *
Dois jovens inocentes, olha lá, segundo o Lula, atacam uma mulher. Olha o que ele faz. Põe novamente, Machado. Coitado. Ele está roubando para sustentar a família dele. Quem é violento é a Polícia. E segundo é um “jovem inocente, violentado pela Polícia”. Coloca de novo, Machado, só para o pessoal ver os meninhos trabalhando e a Polícia violenta esses indivíduos e mata esses indivíduos, troca tiros. Olha lá.

* * *
- É exibido o vídeo.

* * *